

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: JÚLIO MARQUES DA SILVA	CONSELHEIRO FISCAL

2. Período do Evento	
Data de Saída: 10/03/2026	Data de Retorno: 14/03/2026
Local do evento (cidade/Estado): Maceió-AL	Nome e link do Evento. 4º Congresso Nacional de Conselheiros e Gestores da ANEPREM https://www.aneprem.org.br/eventos/4-congresso-nacional-de-conselheiros-e-gestores-maceio-al/

Palestras e Paineis Assistidos:
--

1.

Tema: PRÓ-REGULARIDADE, REGULARIZE O CRP (CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA) DE SEU RPPS.

Palestrante: CLÁUDIA ITEN (COORDENADORA GERAL DE NORMATIZAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGAL DO MPS)

Resumo:

A palestra ministrada por Cláudia Iten abordou o programa de regularidade previdenciária como instrumento essencial para a conformidade dos RPPS junto ao Ministério da Previdência Social. Destacou-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária depende do cumprimento de 22 critérios relacionados a aspectos legais, atuariais, financeiros e de transparência. Ressaltou-se que a regularidade visa proteger os segurados, assegurar a sustentabilidade do regime e contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Foi apresentado o histórico de mais de 20 anos de debates sobre a constitucionalidade do CRP, com validação pelo Supremo Tribunal Federal das medidas sancionatórias, como a suspensão de transferências voluntárias. Também se destacou a possibilidade de cancelamento judicial do certificado e a exigência de lei específica para realização de parcelamentos previdenciários. Por fim, enfatizou-se que o futuro da previdência exige responsabilidade fiscal e atuação preventiva dos gestores.

Recomenda-se que os RPPS intensifiquem o monitoramento dos critérios de regularidade, assegurem respaldo legal para parcelamentos e adotem práticas preventivas contínuas, visando a manutenção do CRP e a sustentabilidade do regime.

2.

Tema: PCA (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL) E RELEVÂNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA GESTÃO DO RPPS

Palestrante: RICARDO SOUZA (TCE/PE – AUDITOR APOSENTADO E ADVOGADO ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA)

Resumo:

A palestra ministrada por Ricardo Souza abordou a relevância da Prestação de Contas Anual (PCA) e o papel dos Tribunais de Contas na fiscalização dos RPPS. Inicialmente, destacou como o Supremo Tribunal Federal compreende a atuação dos Tribunais de Contas, especialmente à luz da Súmula 347, que trata do controle incidental de constitucionalidade com efeitos restritos ao caso concreto, em consonância com a Constituição de 1988. Também foi mencionado o Tema 1.254 do STF, reforçando os limites e competências desses órgãos de controle.

No âmbito da PCA, enfatizou-se que um dos principais pontos de atenção é a regularidade no repasse das contribuições previdenciárias, sendo este um dos problemas mais recorrentes identificados pelos órgãos de controle. A falha nesses repasses compromete diretamente o equilíbrio financeiro do regime e pode gerar responsabilizações aos gestores. Outro ponto abordado foi a vedação à contratação de consultorias para determinadas atividades, como compensação previdenciária, embora, na prática, tais contratações possam contribuir para a recuperação de créditos.

Recomenda-se que os RPPS fortaleçam os controles sobre o repasse das contribuições, estruturarem adequadamente sua Prestação de Contas Anual e observem rigorosamente os entendimentos do STF e dos Tribunais de Contas, buscando segurança jurídica e maior eficiência na recuperação de créditos previdenciários.

3.

Tema: PAINEL PREVIDENCIÁRIO: O QUE GESTORES, CONSELHEIROS, COMITÊ DE INVESTIMENTO E DEMAIS GESTORES PÚBLICOS DEVEM SABER SOBRE AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA RES. 5.272 PARA OS RPPS

Resumo:

A palestra em formato de painel abordou as principais mudanças trazidas pela Resolução CMN nº 5.272, destacando os impactos diretos na gestão dos RPPS e a necessidade de adaptação por parte de gestores, conselheiros e comitês de investimento. Foi informado que houve a instituição de grupo de trabalho com o objetivo de analisar os efeitos da norma e reavaliar dispositivos, indicando que a regulamentação ainda passa por processo de amadurecimento e ajustes.

O debate evidenciou que as alterações reforçam a responsabilidade dos agentes envolvidos na gestão dos recursos previdenciários, exigindo maior qualificação técnica, governança e alinhamento às melhores práticas de mercado. Também se destacou a importância da atuação mais estratégica dos comitês de investimento, com foco na análise de riscos, diversificação e aderência às normas vigentes.

Além disso, o painel indicou que as mudanças demandam revisão de políticas de investimento e maior rigor nos processos decisórios, especialmente diante do aumento da complexidade regulatória. A atuação integrada entre gestores e órgãos de controle interno também foi apontada como fator essencial para garantir conformidade.

Recomenda-se que os RPPS acompanhem continuamente as atualizações da Resolução nº 5.272, promovam capacitação dos agentes envolvidos, revisem suas políticas de investimento e fortaleçam a governança e os controles internos, garantindo maior segurança, conformidade e eficiência na gestão dos recursos previdenciários.

4.

Tema: PRÓ-GESTÃO NÍVEL 2, DICAS IMPORTANTES PARA CHEGAR LÁ
Palestrante: MÁRCIA CALDAS (SECRETÁRIA EXECUTIVA DA COMISSÃO DO PRÓ-GESTÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS RPPS DO MPS)

Resumo:

A palestra ministrada por Márcia Caldas destacou a importância da integração entre o Pró-Gestão RPPS e a certificação profissional como pilares para o fortalecimento da governança, transparência e boas práticas nos RPPS. Ressaltou-se que esses instrumentos se complementam ao estruturar processos organizacionais claros, evitando sobrecarga das equipes e promovendo maior eficiência administrativa.

A partir de 2026, haverá ampliação das exigências de certificação, abrangendo a maioria dos conselhos, além da obrigatoriedade para dirigentes e membros do comitê de investimentos, o que eleva o nível de profissionalização da gestão. Nesse cenário, foi enfatizada a necessidade de qualificação avançada e especialização contínua dos agentes envolvidos.

Também foi destacado que o Pró-Gestão contribui diretamente para a conformidade dos regimes, facilitando o entendimento dos processos internos, ampliando a transparência e proporcionando melhores práticas de gestão previdenciária, inclusive auxiliando na manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Recomenda-se que os RPPS invistam na estruturação de processos internos bem definidos, avancem na certificação institucional e profissional e fortaleçam a governança e a qualificação técnica, visando maior eficiência operacional, conformidade e sustentabilidade do regime.

5.

Tema: DO PAPEL AO ALGORITMO: COMO A TECNOLOGIA ESTÁ REDESENHANDO OS RPPS
Palestrantes: FERNANDA NEGROMONTE (ADVOGADA DA BRA) E FELIPHE BUENO (DESENVOLVEDOR)

Resumo:

A palestra ministrada por Fernanda Negromonte e Felipe Bueno abordou o impacto da tecnologia e da inteligência artificial na modernização dos RPPS, destacando seu potencial para processar grandes volumes de dados com maior eficiência e precisão. Foi enfatizado que a IA tende a transformar rotinas operacionais, especialmente na geração de relatórios, auditorias, autorregulação e projeções atuariais, ampliando a capacidade analítica dos regimes.

Entretanto, destacou-se que o principal desafio não está na implementação da tecnologia em si, mas na qualidade dos dados disponíveis e na capacitação dos profissionais responsáveis por sua operacionalização. Dados inconsistentes ou despadronizados comprometem diretamente os resultados gerados pelos sistemas inteligentes.

Outro ponto relevante foi a necessidade de padronização e normalização das bases de dados, bem como a integração entre sistemas, como condição essencial para viabilizar o uso eficiente da IA. A estruturação adequada das informações é o que permite extrair valor real das ferramentas tecnológicas.

Recomenda-se que os RPPS priorizem a melhoria da qualidade e padronização dos dados, promovam a integração entre sistemas e invistam na capacitação técnica de suas equipes, criando as condições necessárias para adoção segura e eficiente de tecnologias baseadas em inteligência artificial.

6.

Tema: MISSÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL NA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Palestrante: CLAUDOMIRA ANDRADE (GESTORA DO RPPS DE GARANHUNS – II TESOUREIRA DA ANEPREM)

Resumo:

A palestra ministrada por Claudomira Andrade destacou o papel estratégico dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal na governança dos RPPS, reforçando que o conselheiro não é figura meramente formal, mas agente ativo com responsabilidades relevantes. Foi evidenciado que a realidade atual de muitos conselhos ainda é marcada por reuniões superficiais, análise insuficiente de documentos e aprovação automática de relatórios, inclusive com riscos de irregularidades na concessão de benefícios.

Ressaltou-se que, no âmbito previdenciário, a boa intenção não isenta responsabilidades, sendo o preparo técnico o principal instrumento de proteção dos conselheiros. Foram apontados erros recorrentes, como a falta de análise crítica de documentos, desconhecimento de relatórios atuariais, ausência de acompanhamento dos investimentos, atuação passiva e falhas no registro de questionamentos.

Destacou-se ainda que o conselho deve atuar de forma inteligente e proativa, com estudo prévio dos temas, participação efetiva nas decisões e postura independente. Além disso, competências comportamentais, como inteligência emocional e capacidade de enfrentar pressões, são essenciais. Por fim, enfatizou-se que, enquanto o gestor administra o presente, o conselho atua na garantia do futuro e da sustentabilidade do regime.

Recomenda-se que os RPPS fortaleçam a capacitação técnica e comportamental dos conselheiros, incentivem uma atuação crítica e proativa e aprimorem os processos de governança, garantindo decisões mais seguras, transparentes e alinhadas à sustentabilidade previdenciária.

7.

Tema: CONTROLE INTERNO NOS RPPS: IMPLANTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO COMO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA E PROTEÇÃO DA GESTÃO

Palestrante: ROBERTO MOISÉS (PRESIDENTE DA ALAGOAS PREVIDÊNCIA, VICE-PRESIDENTE DA ANEPREM)

Resumo:

A palestra ministrada por Roberto Moisés abordou o controle interno como elemento essencial da governança nos RPPS, iniciando pela apresentação de seus conceitos e definições. Destacou-se que o controle interno consiste em um conjunto de métodos e procedimentos voltados à mitigação de riscos, à proteção da organização e à garantia do alcance dos objetivos institucionais.

Foi enfatizada a base constitucional do tema, com destaque ao art. 74 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigatoriedade de sistemas de controle interno na administração pública. Nesse contexto, reforçou-se que tais mecanismos não devem ser vistos apenas como instrumentos formais, mas como ferramentas efetivas de gestão.

No âmbito dos RPPS, o controle interno foi apresentado como fundamental para assegurar a regularidade dos atos administrativos, prevenir falhas, aumentar a transparência e proteger o patrimônio dos servidores públicos. Sua atuação contribui diretamente para a melhoria da gestão e para a sustentabilidade do regime.

Recomenda-se que os RPPS estruturem e aperfeiçoem seus sistemas de controle interno, adotando procedimentos claros de monitoramento e gestão de riscos, garantindo maior segurança, transparência e proteção ao patrimônio previdenciário.

8.

Tema: TRANSPARÊNCIA REATIVA: QUANDO O RPPS SÓ PUBLICA DEPOIS QUE O PROBLEMA APARECE

Palestrante: RODOLPHO MALAFAIA (LEMA)

Resumo:

A palestra ministrada por Rodolpho Malafaia abordou o conceito de transparência reativa nos RPPS, criticando a prática de divulgar informações apenas quando há cobrança dos órgãos de controle ou surgimento de problemas. Destacou-se que a transparência deve ser um valor institucional, adotado de forma proativa, e não apenas uma obrigação formal imposta pelos Tribunais de Contas.

Foram apresentados casos concretos em que os tribunais têm responsabilizado membros de comitês de investimento por falhas na elaboração de políticas e na gestão dos recursos, evidenciando a necessidade de maior rigor técnico nas decisões. Nesse contexto, reforçou-se que a nova Resolução CMN nº 5.272 exige que todas as decisões de investimento sejam devidamente fundamentadas e justificadas.

Também foi enfatizado que não basta realizar corretamente os atos de gestão, sendo indispensável comprovar documentalmente as decisões adotadas, fortalecendo a rastreabilidade e a transparência das ações. A ausência dessa postura pode gerar responsabilizações mesmo quando não há má-fé.

Recomenda-se que os RPPS adotem uma postura de transparência ativa, publiquem informações de forma contínua e estruturada e fortaleçam a fundamentação técnica das decisões, especialmente na área de investimentos, garantindo maior segurança jurídica e credibilidade institucional.

9.

Tema: COMPREV E CTC, ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

Palestrante: RENATO DE ARAÚJO (CHEFE DA DIVISÃO DE COMPREV – INSS)

Resumo:

A palestra ministrada por Renato de Araújo abordou as principais atualizações relacionadas à compensação previdenciária e à Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), destacando os normativos que regulamentam ambos os institutos no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social. Foi enfatizado que a correta compreensão da legislação é essencial para garantir a operacionalização adequada dos processos e evitar inconsistências.

Um dos pontos centrais da exposição foi a relação direta entre CTC e compensação previdenciária, reforçando que não há COMPREV sem a devida emissão e validação da CTC. A qualidade e

regularidade dessas certidões impactam diretamente na recuperação de créditos entre regimes, sendo etapa fundamental para o equilíbrio financeiro dos RPPS.

Também se destacou a necessidade de padronização de procedimentos e atenção aos requisitos legais na emissão, análise e registro das informações, evitando retrabalho, glosas e atrasos nos processos de compensação. A atuação técnica e organizada dos entes é determinante para o sucesso das operações.

Recomenda-se que os RPPS fortaleçam os procedimentos relacionados à emissão e conferência de CTC, observem rigorosamente os normativos vigentes e aprimorem a gestão dos processos de compensação previdenciária, visando maior eficiência na recuperação de créditos e sustentabilidade do regime.

10.

Tema: ALTERNATIVAS PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT FINANCEIRO E ATUARIAL DOS RPPS

Palestrante: JORGE TIAGO (ATUÁRIO – SOLVENCY)

Resumo:

A palestra ministrada por Jorge Tiago, tratou das alternativas para redução do déficit financeiro e atuarial dos RPPS, partindo do cenário atual de crescimento do passivo, envelhecimento dos segurados, aumento da longevidade e maior pressão sobre as finanças municipais. Foi destacado que, diante de qualquer fator que possa agravar o desequilíbrio do regime, o ente deve prever fontes de custeio e adotar medidas de equacionamento.

Entre as alternativas apresentadas, foram citados os bens móveis e imóveis, cuja utilização exige laudo de avaliação, descrição detalhada, análise de rentabilidade e cautela com custos de manutenção, observando-se a Nota Técnica nº 02/2024 da ATRICON. Também foram mencionados os aluguéis e os impostos municipais como ativos que devem ser projetados em fluxo financeiro, trazidos a valor presente e devidamente contabilizados.

No caso do FUNDEB, enfatizou-se a necessidade de calcular o impacto atuarial efetivo do magistério e definir se o recurso deve compor custeio normal ou suplementar, conforme a realidade do regime. Destacou-se, ainda, que não existe solução isolada para o problema, sendo indispensável a adoção de medidas combinadas para o equacionamento do déficit.

Recomenda-se que os RPPS realizem estudos atuariais consistentes, avaliem cuidadosamente ativos e receitas futuras, e adotem um conjunto articulado de medidas de equacionamento, buscando reduzir o déficit atuarial com segurança técnica, responsabilidade fiscal e sustentabilidade de longo prazo.

11.

Tema: ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS NO CENÁRIO ATUAL

Palestrante: VANDERLEI DA SILVA - 4UM

Resumo:

A palestra ministrada por Vanderlei da Silva abordou as alternativas de investimentos diante do cenário econômico atual, com ênfase nas incertezas do contexto internacional. Destacou-se que conflitos geopolíticos têm aumentado a volatilidade dos mercados, dificultando previsões de longo prazo e exigindo maior cautela na tomada de decisões por parte dos gestores de RPPS.

Foi ressaltado que a elevação dos preços do petróleo tende a impactar diretamente os custos de transporte e logística, refletindo no aumento dos preços dos alimentos e pressionando a inflação. Como consequência, há uma tendência de elevação das taxas de juros como mecanismo de controle inflacionário, o que afeta diretamente a rentabilidade e a estratégia dos investimentos previdenciários. Nesse contexto, evidenciou-se a necessidade de análise constante do cenário macroeconômico, com decisões mais técnicas e fundamentadas, além da importância da diversificação e gestão de riscos. A adaptação às mudanças econômicas passa a ser fator determinante para o desempenho das carteiras.

Recomenda-se que os RPPS adotem estratégias de investimento mais prudentes e diversificadas, acompanhem continuamente o cenário econômico global e fortaleçam a análise técnica e a gestão de riscos, visando maior segurança e estabilidade na gestão dos recursos previdenciários.

12.

Tema: PRÓ-GESTÃO RPPS – VERSÃO 4.0: PRINCIPAIS MUDANÇAS E IMPACTOS PARA CERTIFICAÇÃO, GOVERNANÇA E SUPERVISÃO

Palestrante: NAARA GÓES (DOTAL CONSULTORIA)

Resumo:

A palestra ministrada por Naara Góes abordou as principais mudanças da versão 4.0 do Pró-Gestão, com foco na governança como elemento central para o planejamento estratégico do regime (“planejar a rota”). Foi apresentado o conceito de “centro de comando”, responsável por integrar informações e orientar a tomada de decisão, reforçando a necessidade de uma gestão estruturada e baseada em dados.

Nesse contexto, o Pró-Gestão foi diretamente relacionado ao planejamento e à gestão atuarial, evidenciando que a governança eficiente depende da utilização adequada dos instrumentos técnicos. A Resolução MTP nº 1.467/2022 foi destacada como instrumento orientador, com ênfase no DRAA, na Nota Técnica Atuarial e no Relatório de Gestão Atuarial, este último devendo traduzir a complexidade técnica para uma linguagem acessível à governança.

Também foi ressaltada a necessidade de auditoria da base cadastral como etapa fundamental para garantir a confiabilidade das informações atuariais, além da importância da capacitação contínua dos conselheiros para qualificar a tomada de decisão. A integração entre esses elementos fortalece o processo de supervisão e gestão.

Recomenda-se que os RPPS aprimorem a qualidade da base cadastral, utilizem os relatórios atuariais como instrumentos efetivos de governança e invistam na capacitação contínua dos conselheiros, promovendo decisões mais técnicas, seguras e alinhadas à sustentabilidade do regime.

13.

Tema: O ROSTO FEMININO DA PREVIDÊNCIA: A PENSÃO POR MORTE E SUA RELEVÂNCIA NA PROTEÇÃO DAS MULHERES

Palestrante: EVA GOMES (ADVOGADA ESPECIALISTA EM RPPS / COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA ANEPREM)

Resumo:

A palestra ministrada por Eva Gomes destacou que as mulheres constituem o grupo predominante entre os beneficiários de pensões, contextualizando esse cenário a partir da distribuição histórica de papéis sociais. Evidenciou-se a maior vulnerabilidade feminina decorrente da exclusão parcial do mercado de trabalho e da concentração em atividades não remuneradas, como o cuidado familiar.

Apontou-se que a elevada taxa de desocupação e a menor participação das mulheres na atividade laboral impactam diretamente sua proteção previdenciária, reforçando situações de dependência econômica. Também foi discutido o fenômeno da marginalização feminina em diferentes esferas — familiar, econômica e jurídica —, incluindo aspectos como o “teto de vidro” e a invisibilidade da economia do cuidado.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 foi mencionada como elemento que, embora tenha promovido ajustes no sistema, ainda não solucionou integralmente as desigualdades de gênero, mantendo desafios relacionados à equidade e proteção social das mulheres.

Recomenda-se que os RPPS considerem as questões de gênero na formulação de políticas previdenciárias, promovam maior equidade na proteção social e ampliem a análise dos impactos das regras de benefícios, visando reduzir vulnerabilidades e fortalecer a justiça previdenciária.

14.

Tema: CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÃO DO MANUAL PARA OS GESTORES DOS RPPS (LANÇAMENTO DO LIVRO)

Palestrante: TATIANA NÓBREGA (ESCRITORA, AUDITORA FISCAL DE PE)

Resumo:

A palestra ministrada por Tatiana Nóbrega apresentou o lançamento de manual voltado à certificação profissional e à gestão dos RPPS, contextualizando o novo ambiente normativo após a Emenda Constitucional nº 103/2019. Destacou-se a consolidação de um arcabouço mais exigente, incluindo a Lei nº 9.717/1998, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e a obrigatoriedade da certificação profissional como requisito para manutenção do CRP.

Foi ressaltado que o principal desafio dos gestores está na complexidade da gestão previdenciária, diante de um volume significativo de normas, da necessidade de constante atualização e da limitação de tempo para estudo e capacitação. Nesse cenário, o manual surge como ferramenta de apoio, com o objetivo de orientar os gestores, auxiliar na preparação para certificações e servir como material de consulta contínua.

A obra foi indicada não apenas para gestores, mas também para conselheiros e demais agentes envolvidos na governança dos RPPS, contribuindo para maior padronização e qualificação da atuação. Observou-se, contudo, que a apresentação teve caráter predominantemente expositivo e voltado à divulgação do livro.

Recomenda-se que os RPPS incentivem o uso de materiais estruturados de apoio à gestão e à certificação, promovam a capacitação contínua de seus agentes e adotem ferramentas que facilitem a compreensão do arcabouço normativo, fortalecendo a governança e a eficiência administrativa.

15.

Tema: COMO DIVERSIFICAR NA RENDA FIXA

Palestrante: CHRYSTIAN FARIA (ESTRATEGISTA DE INVESTIMENTOS DA CAIXA ASSET)

Resumo:

A palestra ministrada por Chrystian Faria abordou estratégias de diversificação na renda fixa no contexto atual dos RPPS. Destacou-se a expectativa de redução da taxa Selic para patamares próximos de 12,50%, mantendo, ainda assim, o CDI como um dos principais referenciais de investimento no curto e médio prazo.

Foi ressaltado que, mesmo com a tendência de queda dos juros, o CDI deve continuar superando a meta atuarial até aproximadamente 2028, o que reforça sua relevância nas carteiras previdenciárias. Além disso, destacou-se que os gestores possuem um período de transição de cerca de dois anos para adequação das carteiras às novas exigências da Resolução CMN nº 5.272.

Também foi abordado o comportamento dos títulos indexados à inflação, como os atrelados ao IMA-B, que atualmente apresentam taxas elevadas, mas em patamar considerado atípico, com expectativa de redução futura. Isso exige atenção dos gestores quanto ao momento de alocação e à estratégia de diversificação.

Recomenda-se que os RPPS aproveitem o cenário atual para reavaliar suas carteiras de renda fixa, diversifiquem suas aplicações com base em análise técnica e acompanhem as tendências de juros, buscando equilíbrio entre rentabilidade e risco no cumprimento da meta atuarial.

16.

Tema: COMO OBTER A NOVA CERTIFICAÇÃO: A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM RPPS

Palestrante: FÁBIO SOUZA (JUIZ FEDERAL E COORDENADOR ACADÊMICO DO ICDS)

Resumo:

A palestra ministrada por Fábio Souza abordou que a certificação em RPPS visa padronizar e profissionalizar a gestão previdenciária municipal e estadual.

Ela garante que gestores e técnicos adquiram competências técnicas, jurídicas e contábeis essenciais, com conteúdo sobre legislação, contabilidade, auditoria e gestão de investimentos.

O público-alvo são conselheiros e gestores que atuam diretamente nos RPPS.

A certificação é obtida por meio de cursos credenciados, participação nas atividades e aprovação em avaliações.

Os benefícios incluem maior segurança jurídica, redução de riscos e melhoria na gestão financeira dos fundos.

Profissionais capacitados contribuem para decisões mais transparentes e responsáveis nos RPPS.

A atualização contínua é essencial para acompanhar mudanças legais e fortalecer a cultura de compliance.

Sugere-se que os RPPS incentivem a certificação de seus gestores, promovendo eficiência, segurança e valorização profissional.



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.350/0001-64

5. Motivação / Interesse Público da Capacitação: O evento foi importante para promover o aprimoramento técnico-administrativo contínuo dos gestores e conselheiros dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), alcançado por meio de atividades de intercâmbio e encontros nacionais que ofereceram conteúdo técnico aprofundado.

Observações:

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 19 DE MARÇO DE 2026.

Atenciosamente,

Julio Marques da
Silva:02319449
183

Assinado de forma
digital por Julio
Marques da
Silva:02319449183
Dados: 2026.03.19
11:40:49 -04'00'

NOME: JÚLIO MARQUES DA SILVA
Cargo: CONSELHEIRO FISCAL

ANEXO I

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: MARIA DE LOURDES MOREIRA SANTANA	Membro do conselho administrativo

2. Período do Evento	
Data de Saída: 10/03/2026	Data de Retorno: 14/03/2026
Local do evento (cidade/Estado): Hotel Ritz lagoa da Anta. Maceió AL	https://www.aneprem.org.br/qrcode/

<p>Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever, de forma resumida e objetiva, as informações conforme a seguir:</p> <p>Tema:</p> <p>No primeiro dia foram abordados temas como: Abertura com show cultural, Atualizações normativas, Regularidade previdenciária e a importância do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os institutos., Orientações sobre o Pró-Gestão RPPS, programa que incentiva boas práticas de governança e gestão previdenciária. Discussão sobre o papel dos gestores, conselheiros e membros do comitê de investimentos frente às novas exigências normativas. O dia encerrou com a entrega do 8º Prêmio Nacional de Inovação Previdenciária, reconhecendo iniciativas inovadoras na gestão dos RPPS, seguida de um jantar de confraternização entre os participantes .</p> <p>No segundo dia foi debatido governança controle e atuações dos conselhos., Implantação e fortalecimento do controle interno nos institutos de previdência atualizações sobre COMPREV e Certidão de Tempo de Contribuição (CTC). Responsabilidades e missão dos conselhos deliberativos e fiscais na previdência pública. A importância da fiscalização dos Tribunais de Contas na gestão previdenciária. Principais dúvidas relacionadas à concessão de benefícios previdenciários. Mudanças nas certificações exigidas para gestores, conselheiros e membros do comitê de investimentos .</p> <p>E no terceiro e último dia do congresso focou na sustentabilidade dos RPPS e nos desafios futuros da previdência pública.</p> <p>Os principais temas abordados foram:</p> <p>Estratégias e alternativas para redução do déficit financeiro e atuarial dos regimes próprios.</p> <p>Discussões sobre acumulação de pensões e regras previdenciárias.</p> <p>Apresentação de oportunidades de investimentos para os RPPS, visando maior segurança e rentabilidade dos recursos previdenciários.</p>
--

Observações: conclusão

O 4º Congresso da ANEPREM debateu muito atualização técnica, fortalecimento da governança e integração entre gestores e conselheiros de RPPS de todo o Brasil. O evento destacou a importância da regularidade previdenciária, da qualificação profissional e da adoção de boas práticas para garantir a sustentabilidade dos regimes próprios de previdência .

Em suma cobrou se muito em relação a atuação dos conselhos deliberativos e fiscais para que estejamos sempre atentos a nossa missão com responsabilidade de cuidar e garantir com segurança o futuro dos RPPS e seus segurados.

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 17 DE março de 2026.

Atenciosamente;

Maria de Lourdes Moreira Santana

Cargo

Conselheira Administrativo.

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br

AV. AMÉLIA FUKUDA,170 - FONE (67) 3461 2999 – CEP 79.950-000 NAVIRAÍ-MS

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:		Membro / Cargo	
Nome: RAFAELA PARCIO MARTINS RIBEIRO		MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO	
2. Período do Evento			
Data de Saída: 10/03/26		Data de Retorno: 14/03/26	
Local do evento (cidade/Estado): MACEIÓ/AL		Nome e link do Evento. 4º CONGRESSO NACIONAL DE COSELHEIROS E GESTORES DA ANEPREM https://www.aneprem.org.br/eventos/4-congresso-nacional-de-conselheiros-e-gestores-maceio-al/	

Palestras e Painéis Assistidos

Tema: **PRÓ-REGULARIDADE, REGULARIZE O CRP (CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA) DE SEU RPPS**

Palestrante: **CLÁUDIA ITEN - COORDENADORA GERAL DE NORMATIZAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGAL DO MPS**



Resumo: A palestra foi iniciada com a apresentação da finalidade do Programa de Regularização Previdenciária sendo: Proteção dos segurados e beneficiários; sustentabilidade do regime; e o equilíbrio das contas públicas. A CRP tem por objetivo atestar que o ente cumpre com as regras constitucionais e legais voltadas para a gestão do RPPS.

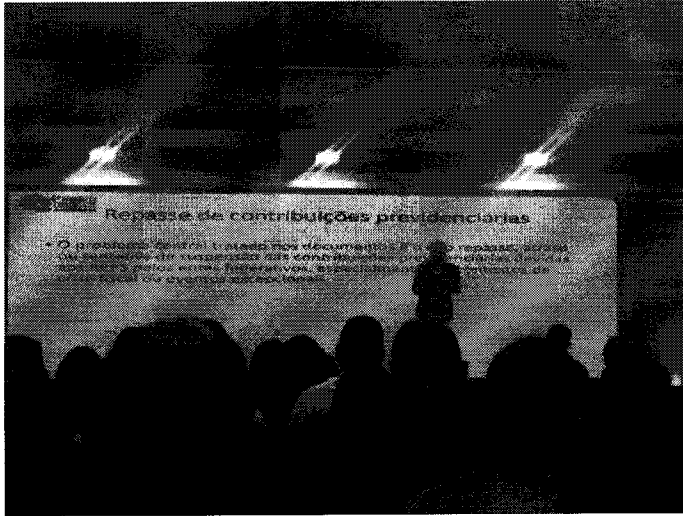
A palestrante discorreu também sobre o Tema 968 do STF que trata sobre a Competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária no que diz respeito ao descumprimento da Lei 9.717/1998 e do Decreto 3.788/2001 pelos demais entes federados, com

destaque para as CRPs judiciais. Segundo ela com os efeitos práticos da decisão do RE 1007271/PE está causando o cancelamento de CRPs judiciais.

Cláudia destacou que a Regularidade Previdenciária exige planejamento e gestão e que sem a CRP o município fica proibido de receber recursos oriundos de transferências da União. “O presente e o futuro da previdência no serviço público requer profissionalização, fortalecimento e sustentabilidade”, finalizou a palestrante.

Tema: **PCA (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL) E RELEVÂNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA GESTÃO DO RPPS**

Palestrante: **RICARDO SOUZA (TCE/PE) – AUDITOR APOSENTADO E ADVOGADO ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA)**



A palestra iniciou-se com a apresentação da Súmula 347 do STF que autoriza o TCU e Tribunais de Contas estaduais/municipais a verificarem se uma lei ou ato é constitucional ao analisar casos concretos (licitações, aposentadorias, etc). Segundo Ricardo, a maioria dos problemas encontrados nas prestações de contas seriam o não repasse, atraso ou tentativa de suspensão das contribuições previdenciárias devidas aos RPPS pelos entes federativos.

Outro ponto destacado pelo palestrante foi a contratação de serviços para compensação previdenciária. Inicialmente o entendimento era recomendar a

realização dos procedimentos de compensação exclusivamente por meio de servidores públicos. Porém, a experiência prática demonstrou baixa efetividade nesse modelo, com riscos de perda dos créditos previdenciários por prescrição. Assim, o Tribunal reconheceu que a contratação de serviços especializados pode aumentar a efetividade da recuperação desses créditos. No entanto, o RPPS precisa ficar atento à forma de contratação desses prestadores de serviço, para evitar futuros questionamentos tanto por parte do TCE.

Finalizando sua palestra, o auditor destacou a importância da atuação dos conselheiros dentro da Governança Previdenciária, evitando decisões estratégicas concentradas em poucos gestores e avaliações atuariais pouco utilizadas na gestão.

Tema: PAINEL PREVIDENCIÁRIO: O QUE GESTORES, CONSELHEIROS, COMITÊ DE INVESTIMENTO E DEMAIS GESTORES PÚBLICOS DEVEM SABER SOBRE AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA RES. 5.272 PARA OS RPPS

Palestrante: **CLÁUDIA ITEN - COORDENADORA GERAL DE NORMATIZAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGAL DO MPS**



A 3ª Palestra do dia fora iniciada com a palestrante destacando a importância do cumprimento dos requisitos da Resolução 5.272/2025, por se tratar de um critério para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária. Cláudia enfatizou que no site do Ministério da Previdência social estão disponíveis para consultas públicas várias perguntas e respostas que tratam apenas sobre a referida resolução, no intuito de sanar possíveis dúvidas que venham a aparecer.

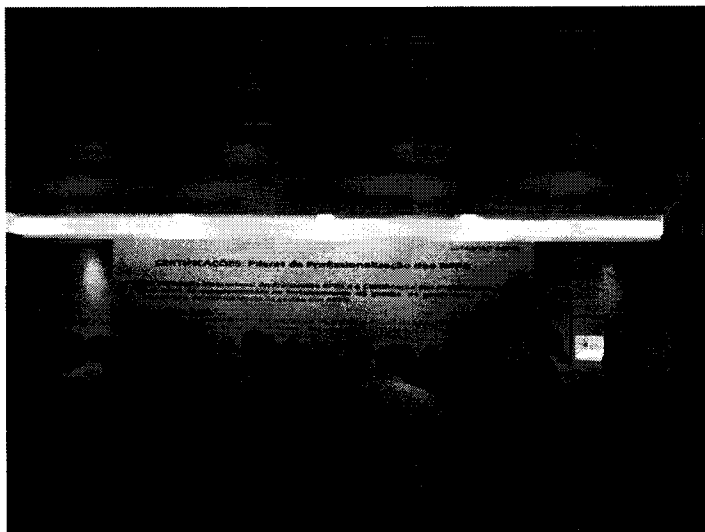
Cláudia também discorreu sobre a importância do RPPS em realizar a adesão ao Pró-Gestão. "A certificação Pró-Gestão torna-se estratégica. Níveis superiores permitem maior liberdade na alocação de ativos, enquanto RPPS sem certificação adequada terão restrições severas de diversificação" destacou a palestrante ao apresentar que dos 2.132 regimes próprios existentes, apenas 384 fizeram a adesão ao programa.

A palestrante frisou que os RPPS precisam ficar atentos aos prazos para enquadramento dos investimentos. Os ativos que se tornarem desenquadrados com a nova regra podem ser mantidos por até 2 anos, mas novos investimentos neles são proibidos.

DIA 12/03/26

Tema: PRÓ-GESTÃO NÍVEL 2, DICAS IMPORTANTES PARA CHEGAR LÁ

Palestrantes: MÁRCIA CALDAS - SECRETÁRIA EXECUTIVA DA COMISSÃO DO PRÓ-GESTÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS RPPS DO MPS



A palestrante destacou a importância da certificação institucional do Pró-Gestão bem como a certificação dos profissionais dos RPPS, uma vez que tais certificações se complementam, promovendo o fortalecimento da gestão, da governança, da eficiência e transparência da gestão dos RPPS.

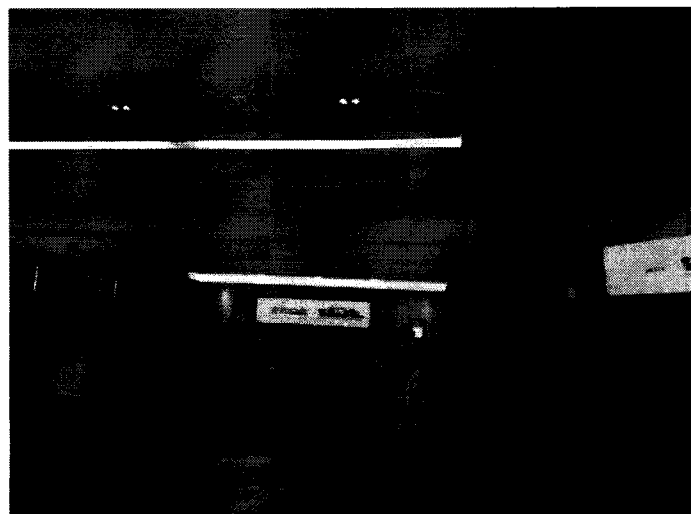
No que se refere a certificação profissional Márcia destacou os requisitos mínimos para nomeação e recondução de gestores e conselheiros de RPPS, lembrando que a partir deste ano de 2026 todos os integrantes do Comitê de investimentos, bem como a maioria dos dos membros titulares dos

conselhos e dirigentes devem estar certificados, sendo obrigatória a certificação para o dirigente máximo.

Como a grande maioria dos RPPS presentes não possuíam certificado do Pró-Gestão, Márcia Caldas explanou também sobre a importância do apoio à implantação de tal certificado, uma vez que ele tem por objetivo incentivar a adoção de boas práticas de gestão previdenciária que proporcionam maior controle dos ativos e passivos e maior transparência no relacionamento com segurados e sociedade.

Tema: DO PAPEL AO ALGORITMO: COMO A TECNOLOGIA ESTÁ REDESENHANDO OS RPPS

Palestrantes: FERNANDA NEGROMONTE (ADVOGADA DA BRA) E FELIPE BUENO (DESENVOLVEDOR)



A palestra foi em forma de uma bate-papo entre aos palestrantes onde a Advogada Fernanda Negromonte fazia perguntas sobre como a tecnologia poderia auxiliar no processamento, compartilhamento e uso de dados na gestão dos RPPS, e o desenvolvedor de sistemas Felipe Bueno respondia.

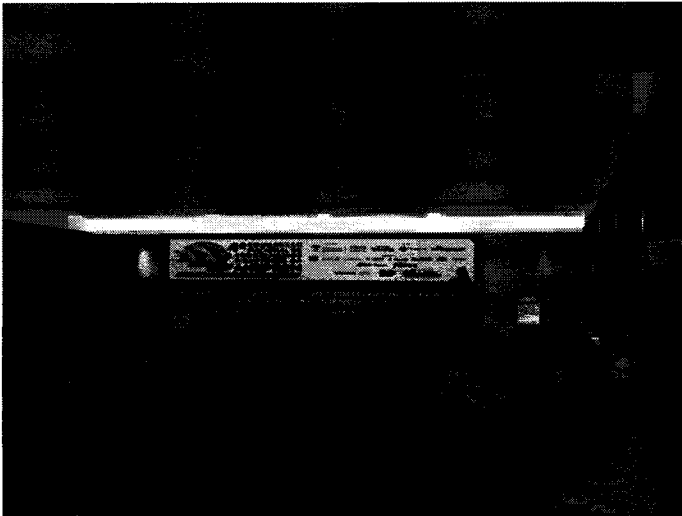
Dentre os assuntos abordados o destaque ficou para o receio existente em usar a Inteligência artificial no setor público, uma vez que existe uma certa dificuldade em equilibrar a inovação e a

segurança nesses tipos de sistemas.

Felipe destacou que hoje os RPPS possuem muitos dados espalhados em diferentes processos, e que a tecnologia pode ser utilizada como uma aliada na unificação desses dados, e que empresas que desenvolvem soluções especializadas para RPPS precisam acompanhar a evolução tecnológica pujante, trazendo inovação para os institutos de previdência.

Tema: MISSÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL NA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Palestrante: CLAUDOMIRA ANDRADE - GESTORA DO RPPS DE GARANHUNS E II TESOUREIRA DA ANEPREM



A palestra focou em apresentar o papel estratégico do conselheiro no RPPS, e como uma atuação responsável pode garantir um futuro previdenciário, uma vez que o conselheiro não pode ser um figurante, mas sim o protagonista.

Claudomira indagou os participantes se eles sabiam o tamanho da responsabilidade que um conselheiro possui, questionando que se o Tribunal de Contas auditar o seu RPPS, se os conselheiros saberiam explicar por que aprovaram cada decisão tomada.

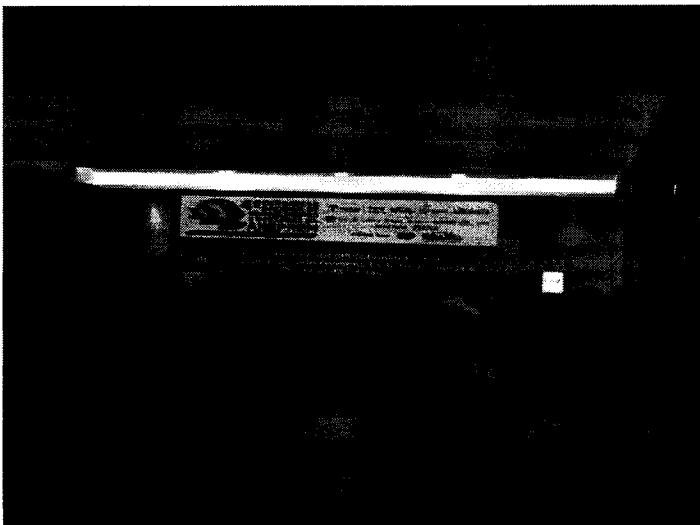
Segundo a palestrante a realidade atual dos conselhos se mostra preocupante, com reuniões

rápidas, documentos aprovados sem análise e em bloco, relatórios técnicos que poucos compreendem, decisões tomadas sem questionamentos, sem falar nos benefícios concedidos com irregularidades. E a consequência disso é que quando vem auditorias e decisões do tribunal, quem responde é o conselheiro que aprovou.

Claudomira destacou que o conselheiro inteligente deve ter conhecimento técnico, inteligência emocional e proatividade, agindo por missão e não por obrigação, pois o futuro do RPPS depende dos conselhos e as decisões de hoje asseguram o equilíbrio de amanhã. O Gestor administra o presente e o conselho protege o futuro.

Tema: CONTROLE INTERNO NOS RPPS: IMPLANTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO COMO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA E PROTEÇÃO DA GESTÃO

Palestrantes: ROBERTO MOISÉS - PRESIDENTE DA ALAGOAS PREVIDÊNCIA E VICE-PRESIDENTE DA ANEPREM



A palestra focou em destacar a principal finalidade do Controle Interno: "Assegurar que os resultados estratégicos da organização sejam alcançados". No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social, o controle interno é essencial para prover a gestão adequada dos recursos previdenciários e a segurança dos direitos dos segurados.

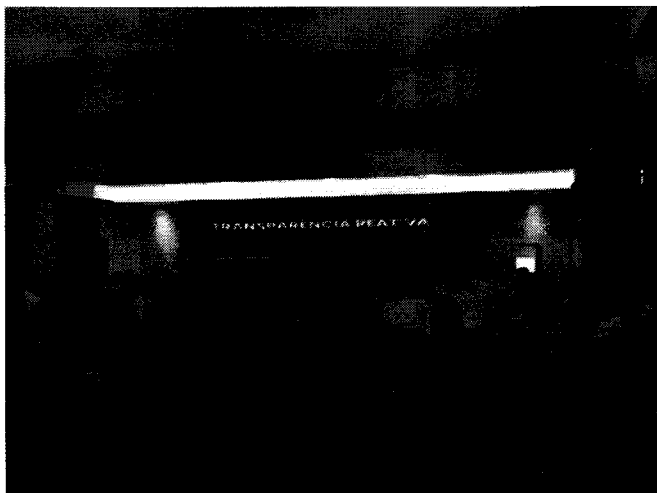
Roberto indagou os participantes sobre quantos RPPS ali

presentes possuíam o setor de controle interno em sua estrutura administrativa, e o que ficou constatado é que apenas um pequeno número de RPPS apresentavam tal função. Em seguida o palestrante informou que a função de controle interno deve contar com no mínimo um servidor com atribuições de controle interno, e este será responsável pelo monitoramento e avaliação de adequação dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela gestão.

O palestrante também destacou a importância de mapear e manualizar os procedimentos dentro dos RPPS como forma de transparência dos atos e ações do ente.

Tema: TRANSPARÊNCIA REATIVA: QUANDO O RPPS SÓ PUBLICA DEPOIS QUE O PROBLEMA APARECE

Palestrante: RODOLPHO MALAFAIA (LEMA)



A palestra focou na importância da transparência dos atos e ações do RPPS. Segundo Rodolpho os Regimes Próprios de Previdência Social devem publicar seus relatórios porque acreditam em transparência, e não porque têm medo do Tribunal de Contas.

O palestrante destacou que a Resolução CMN 5.272/2025 não mudou apenas limites, ela também elevou o nível de responsabilidade, já que não basta apenas o investimento estar enquadrado, é preciso provar que a decisão foi técnica.

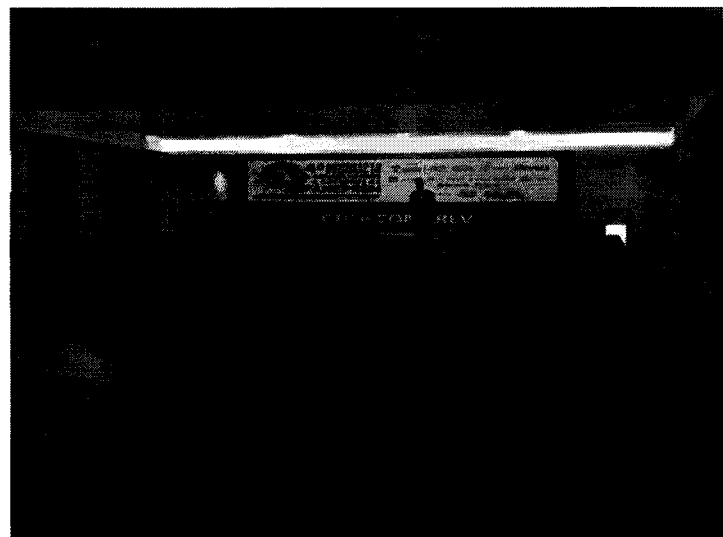
Rodolpho destacou que a transparência deve ser prévia e não Reativa. Neste último caso, o relatório só

será publicado depois de questionamento; o site só será atualizado apenas após cobrança; a ata apenas será produzida para se defender; e o RPPs só age sob pressão e não por cultura institucional.

Para o palestrante o modelo ideal de transparência é a "Estratégica", onde a política de investimentos é clara e didática, o relatório explica decisão, risco e racional, o Comitê documenta as divergências de opinião, e o site institucional vira um instrumento e confiança.

Tema: COMPREV E CTC, ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES

Palestrante: RENATO DE ARAÚJO - CHEFE DA DIVISÃO DE COMPREV – INSS



A palestra foi iniciada com uma retrospectiva histórica sobre a contagem recíproca de tempo de serviço, e de como ela evoluiu de um mecanismo funcional sem impacto financeiro para um instituto constitucional com compensação financeira, sendo progressivamente aperfeiçoada até se tornar um sistema rigorosamente condicionado à emissão de Certidão de Tempo de Contribuição, que hoje funciona como verdadeiro título jurídico e financeiro no âmbito da compensação previdenciária.

O palestrante destacou que hoje a Portaria MTP 1.467/2022

consolida o regime atual padronizando definitivamente o modelo da CTC, a relação de bases de cálculo, integrando o RPPS, RGPS e militares, reforçando a CTC como documento jurídico-financeiro. No cenário atual, não há contagem recíproca válida sem CTC regular correspondente, ou seja, sem CTC não há Comprev.

Tema: ALTERNATIVAS PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT FINANCEIRO E ATUARIAL DOS RPPS

Palestrante: JORGE TIAGO (ATUÁRIO - SOLVENCY)



A palestra fora iniciada com a apresentação do contexto atual dos RPPS, onde há o crescimento do déficit atuarial, o envelhecimento dos segurados, a pressão sobre as finanças municipais e o aumento da longevidade dos segurados.

Para Jorge as principais causas do déficit atuarial são as contribuições historicamente insuficientes, a baixa relação entre ativos e aposentados, a falta de planejamento previdenciário e o aumento da expectativa de vida dos segurados.

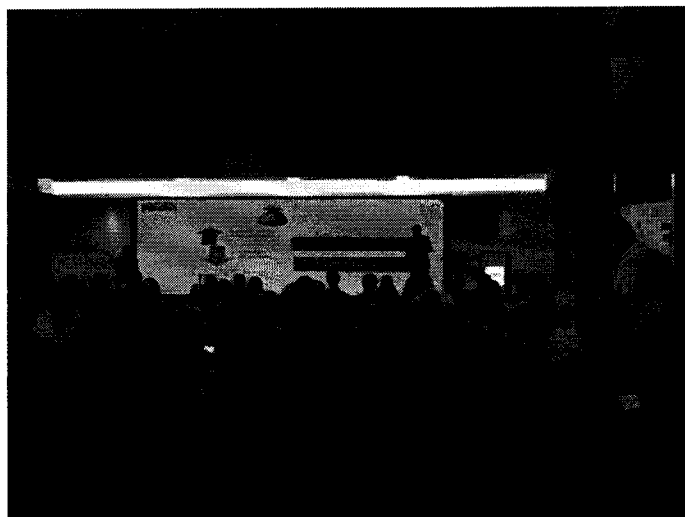
O palestrante destacou ainda que caso o ente federativo verifique que algum fator venha a agravar a

situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS, ele deverá prever antes de custeio e adotar medidas para o equacionamento do déficit como revisão de benefícios concedidos; acordo de cooperação técnica Comprev; realização de concurso público; regularidade no repasse das contribuições; previdência complementar, bem como analisar cenários para alíquotas suplementares e outros aportes.

Não existe uma solução isolada, mas sim a necessidade de medidas combinadas. O ente tem compromisso de pagar qualquer insuficiência, logo os impostos farão parte da conta cedo ou tarde. O planejamento previdenciário contínuo assegurará a sustentabilidade no longo prazo.

Tema: ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS NO CENÁRIO ATUAL

Palestrante: VANDERLEI DA SILVA - 4UM



A palestra foi iniciada apresentando uma visão geral do cenário econômico brasileiro e internacional, destacando que um cenário externo mais adverso pode limitar o espaço para cortes da Selic mais profundos ao longo do ciclo.

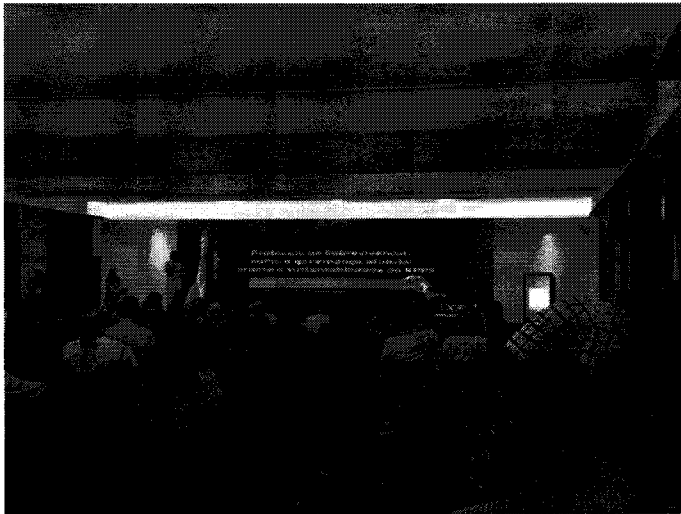
Com a entrada em vigor da Resolução CMN 5.272/2025, a palestra se resumiu na apresentação de possíveis investimentos em Crédito Privado, títulos públicos, renda variável e fundos multimercado.

O palestrante apresentou cada produto ofertado destacando suas características como valor da taxa de administração, formas de resgate e principais riscos, além de

distinguir quais RPPS poderiam investir de acordo com as limitações impostas pela nova Resolução em vigor.

Tema: PRÓ-GESTÃO RPPS – VERSÃO 4.0: PRINCIPAIS MUDANÇAS E IMPACTOS PARA CERTIFICAÇÃO, GOVERNANÇA E SUPERVISÃO

Palestrantes: NAARA GÓES - DOTAL CONSULTORIA



A palestrante deu início a sua apresentação indagando os presentes sobre como a governança atuarial garante a sustentabilidade do RPPS, diante de tantas incertezas e necessidade de preservar o futuro dos segurados.

A proposta fora fazer uma integração da Resolução 1.467/22 ao Pró-Gestão, discorrendo sobre os 4 níveis de maturidade do programa. Ao passo em que a portaria apresenta as obrigações do RPPS, consolidando e regulamentando as regras para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, Estados e Municípios, adequando-os à Reforma da Previdência (EC 103/2019), o Programa

Pró-Gestão apresenta como o RPPS pode fazer para atingir os maiores graus de maturidade da gestão previdenciária.

Naara destacou também como a Gestão Atuarial está inserida nos 3 pilares do Pró-Gestão: Controle Interno; Governança e Educação. “ O caminho é auditar a base cadastral hoje, revisar se o seu Relatório de Gestão Atuarial está traduzindo a complexidade técnica para a linguagem da governança, e seguir com um ciclo de capacitação de conselheiros e gestores”, finalizou a palestrante.

Tema: O ROSTO FEMININO DA PREVIDÊNCIA: A PENSÃO POR MORTE E SUA RELEVÂNCIA NA PROTEÇÃO DAS MULHERES

Palestrantes: EVA GOMES - ADVOGADA ESPECIALISTA EM RPPS / COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA ANEPREM



Eva Gomes iniciou a sua palestra destacando que o grupo de predominância do Benefício de Pensão por Morte é o feminino, alcançando 85% do total de 7,3 milhões de beneficiárias no RGPS, e cerca de 90% nos RPPS.

A palestrante ainda disse que a alta taxa de desocupação laboral repercute na Previdência social. Segundo Eva, o núcleo essencial do direito fundamental à pensão por morte seria a garantia ao mínimo existencial, bem como a manutenção do princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Durante o decorrer da palestra também foram abordadas as principais alterações incorporadas no benefício da

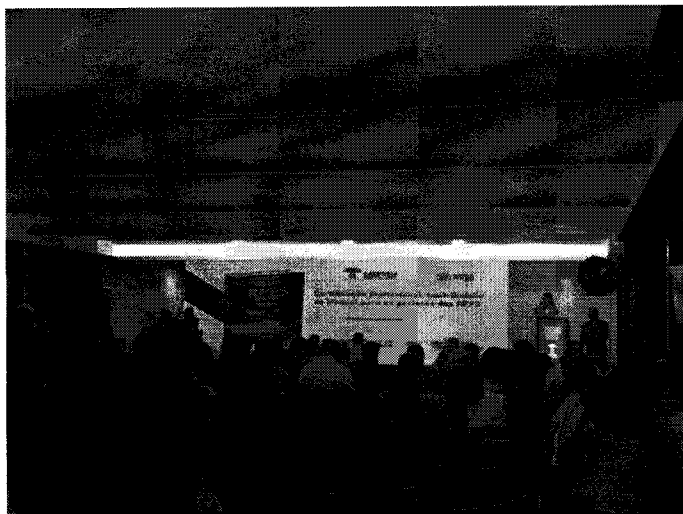
pensão por morte como a nova sistemática de cálculo, a irreversibilidade das cotas dos dependentes, e a possibilidade de cumulação do benefício de pensão por morte com outros benefícios e ressalvas.

Eva destacou que apesar da mulher ter conquistado muito ao longo do tempo no mercado de trabalho, essa evolução está longe de ser o suficiente, principalmente quando falamos de equidade e igualdade. “É preciso uma conscientização popular sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade por completo. Isso é o exercício da cidadania, onde exigimos que os direitos que posuímos sejam implementados na vida real”, finalizou.

DIA 13/03/26

Tema: CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÃO DO MANUAL PARA OS GESTORES DOS RPPS (LANÇAMENTO DO LIVRO)

Palestrante: TATIANA NÓBREGA - ESCRITORA, AUDITORA FISCAL DE PE



A primeira palestra do dia na verdade não foi uma palestra, mas sim um Lançamento do Livro “Manual para Gestores dos RPPS”.

A palestrante, também autora do livro, se limitou a apresentá-lo ao público presente, destacando que ele veio para servir como guia ao gestor de RPPS, preparando para a certificação profissional, proporcionando uma visão sistêmica da gestão e integrando a teoria à prática.

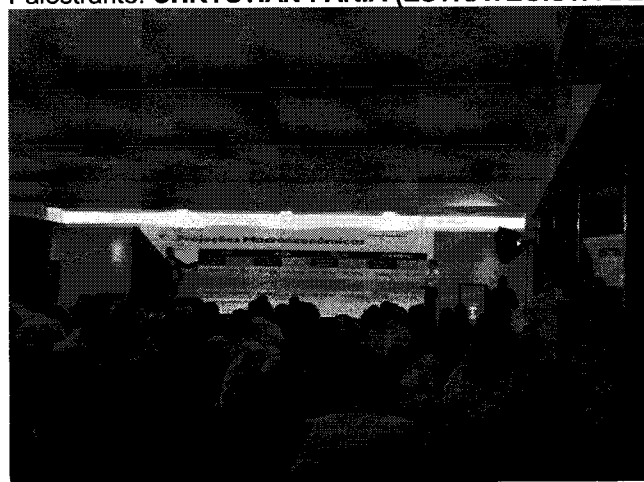
Tatiana frisou que o manual não fora desenvolvido apenas para a prova de certificação, mas também para ser utilizado como ferramenta de gestão, material de consulta e apoio à

governança.

“Manual para Gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social pode ser adquirido por órgãos públicos, institutos de previdência, tribunais, câmaras municipais e entidades governamentais para capacitação de equipes técnicas e gestores”, destacou a autora dizendo que a aquisição estava disponível pelo site da Editora Astra por meio do endereço eletrônico: <https://astraeditora.com.br/manual-rpps>.

Tema: COMO DIVERSIFICAR NA RENDA FIXA

Palestrante: CHRYSTIAN FARIA (ESTRATEGISTA DE INVESTIMENTOS DA CAIXA ASSET)



Na sequência da programação do evento, a 2ª palestra do dia também se limitou ao oferecimento de possíveis investimentos em Títulos Públicos Federais ofertados pela Caixa Asset, uma vez que a grande maioria dos RPPS presentes no evento não haviam realizado adesão ao Pró-Gestão, e assim, nos termos da Resolução CMN 5.272/2025, estavam limitados apenas a investimentos em TPF.

O estrategista de investimentos, ao apresentar seus “produtos”, apresentou as projeções macroeconômicas para o PIB, IPCA, SELIC e CÂMBIO para os anos de 2026, 2027 e 2028, bem como a relação

entre a variação da Taxa Selic e o Retorno acima da meta atuarial dos Títulos Públicos Federais .

Tema: **COMO OBTER A NOVA CERTIFICAÇÃO: A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM RPPS**

Palestrantes: **FÁBIO SOUZA (JUIZ FEDERAL E COORDENADOR ACADÊMICO DO ICDS)**



A última palestra do dia também se resumiu na apresentação de um MBA da ICDS com 4 Certificações em RPPS, voltado para apoiar a qualificação técnica dos profissionais que atuam no setor de RPPS, ele foi desenvolvido com uma abordagem prática e multidisciplinar, voltada às demandas reais da previdência pública.

Segundo o palestrante, o Instituto Connect de Direito Social - ICDS, é uma entidade reconhecida pelo Ministério da Previdência, e seu MBA oferece certificado de pós-graduação reconhecido pelo MEC e habilitado pelo Ministério da

Previdência, conforme Portaria SRPC/MPS nº 1.410/2025.

Em sua fala, o Juiz Federal destacou a necessidade da certificação profissional exigida para as funções estratégicas nos RPPS, certificação essa que vai desde a Intermediária para os membros dos conselhos deliberativo e fiscal, até a Avançada para os dirigentes da Unidade Gestora, responsáveis pr gestão de recursos e membros do Comitê de Investimentos.

Declaro as Informações acima verdadeiras.

Naviraí, 19 de março de 2026.

Atenciosamente;

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAELA PARCIO MARTINS RIBEIRO
Data: 20/03/2026 09:06:14-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

RAFAELA PARCIO MARTINS RIBEIRO
Membro Conselho Administrativo

ANEXO I

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: AUDENIR MARTINS EUGENIO DA SILVA	Conselheiro Administrativo

2. Período do Evento	
Data de Saída: 10/03/2026	Data de Retorno: 14/03/2026
Hotel Ritz lagoa da Anta. MACEIÓ-AL	Nome e link do Evento. 4º Congresso Nacional de Conselheiros e Gestores do evento da ANEPREM https://www.aneprem.org.br/eventos/4-congresso-nacional-de-conselheiros-e-gestores-maceio-al/

Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever, de forma resumida e objetiva, as informações conforme a seguir:

Relatório Geral

No primeiro dia, foram abordados diversos assuntos relevantes, iniciando com a abertura oficial acompanhada de um show cultural. Em seguida, discutiram-se atualizações nas normas, a regularidade previdenciária e a relevância do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os institutos. Também houve orientações sobre o Pró-Gestão RPPS, programa que incentiva práticas eficientes de governança e gestão previdenciária.

Além disso, foi debatido o papel dos gestores, conselheiros e membros do comitê de investimentos diante das novas exigências normativas. O dia foi encerrado com a entrega do 8º Prêmio Nacional de Inovação Previdenciária, que reconheceu iniciativas inovadoras na administração dos RPPS, seguido por um jantar de confraternização entre os participantes.

No segundo dia, os debates concentraram-se em governança, controle e atuação dos conselhos. Foram tratadas questões como a implantação e o fortalecimento do controle interno nos institutos de previdência, além de atualizações sobre o COMPREV e a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC).

É pertinente ressaltar, também, que se destacou a responsabilidade e o papel dos conselhos deliberativos e fiscais na previdência pública, bem como a importância da fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas. Houve ainda esclarecimentos sobre dúvidas frequentes relacionadas à concessão de benefícios previdenciários e mudanças nas certificações exigidas para gestores, conselheiros e integrantes dos comitês de investimentos.

Já no terceiro e último dia do congresso, o foco foi a sustentabilidade dos RPPS e os desafios futuros da previdência pública. Entre os principais temas discutidos, destacaram-se estratégias para redução do déficit financeiro e atuarial dos regimes próprios, debates sobre acumulação de pensões e regras previdenciárias, além da apresentação de oportunidades de investimento que buscam garantir maior segurança e rentabilidade aos recursos previdenciários.



Resumo: De forma geral, houve uma forte ênfase na atuação dos conselhos deliberativos e fiscais, reforçando a importância de exercer suas funções com responsabilidade, atenção e compromisso, garantindo a segurança e o futuro dos RPPS e de seus segurados.

Relatório das Palestras

Tema: Pró-Regularidade

Palestrante: Claudia Iten

Resumo:

A palestra destacou a importância da adequação dos entes públicos para obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) administrativo. O CRP tem como finalidade comprovar que o ente federativo cumpre as normas constitucionais e legais relacionadas à gestão do seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), sendo essencial para garantir a regularidade e a credibilidade do sistema previdenciário.

Tema: Prestação de Contas Anual

Palestrante: Ricardo Souza

Resumo:

Foi abordada a competência dos Tribunais de Contas para analisar, de forma incidental, a constitucionalidade de normas e atos administrativos. Isso significa que, ao fiscalizar a aplicação de recursos públicos ou a legalidade de atos de pessoal (como aposentadorias e admissões), o Tribunal de Contas pode deixar de aplicar normas que considere inconstitucionais, assegurando maior controle e legalidade na gestão pública.

Tema: Painel Previdenciário – O que gestores, conselheiros e comitês de investimentos precisam saber sobre as mudanças da Resolução nº 5.272

Palestrante: Claudia Iten

Resumo:

A Resolução nº 5.272 tem como principal objetivo modernizar e trazer maior segurança à gestão dos investimentos dos RPPS no Brasil, promovendo melhorias na governança, na transparência e na eficiência na aplicação dos recursos previdenciários.

Tema: Pró-Gestão Nível 2 – Dicas importantes para alcançar a certificação

Palestrante: Márcia Caldas

Resumo:

O processo para obtenção do nível 2 do Pró-Gestão envolve o cumprimento de requisitos relacionados ao controle interno, à governança e à educação previdenciária. A certificação demonstra o comprometimento do instituto com boas práticas de gestão e melhoria contínua.

Tema: Do papel ao algoritmo – Como a tecnologia está redesenhando os RPPS

Palestrante: Fernanda Negromonte

Resumo:

A palestra evidenciou o uso de tecnologias baseadas em algoritmos, compostos por sequências lógicas e automatizadas de instruções, como ferramentas estratégicas para auxiliar na tomada de decisões, trazendo mais eficiência, precisão e inovação à gestão previdenciária.

Tema: Missão dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal na previdência pública

Palestrante: Claudomira Andrade

Resumo:

Foi ressaltado que os conselhos têm a responsabilidade de garantir a sustentabilidade financeira do RPPS, fiscalizar a gestão dos recursos e proteger o patrimônio dos servidores. Atuam de forma deliberativa e consultiva, definindo políticas, aprovando orçamentos e assegurando o pagamento dos benefícios futuros.

Tema: Controle interno nos RPPS – Implantação e aperfeiçoamento como ferramenta de governança e proteção da gestão

Palestrante: Roberto Moisés

Resumo:

A implantação do controle interno nos RPPS é uma exigência legal e um requisito fundamental do programa Pró-Gestão. Envolve a criação de estrutura formal (organograma), a presença de servidor efetivo capacitado, o mapeamento de processos e o monitoramento de riscos. Seu objetivo é garantir conformidade legal, eficiência, transparência e segurança na gestão, prevenindo erros e fraudes.

Tema: Transparência reativa – Quando o RPPS só divulga informações após o surgimento de problemas

Palestrante: Rodolpho Malafaia

Resumo:

A palestra provocou uma reflexão sobre a transparência na gestão dos RPPS, questionando se a divulgação de informações ocorre por compromisso com a transparência ou por receio da fiscalização dos Tribunais de Contas. Destacou-se a importância de uma transparência ativa, reforçando que atos não registrados formalmente (como em atas) não podem ser considerados válidos.

Tema: COMPREV e CTC – Últimas atualizações

Palestrante: Renato de Araújo

Resumo:

Foram apresentadas as atualizações trazidas pela Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que consolida e padroniza procedimentos relacionados à Certidão de Tempo de Contribuição (CTC). A norma estabelece modelo padrão, define a base de cálculo e promove a integração entre RPPS, RGPS e regimes militares. Reforçou-se que a CTC possui natureza jurídico-financeira e é indispensável para a contagem recíproca de tempo de contribuição, não sendo válida qualquer contagem sem a correspondente certidão regular.

O 4º Congresso da ANEPREM evidenciou de maneira clara a relevância do aprimoramento contínuo do conhecimento técnico, do reforço das práticas de governança e da cooperação entre gestores e conselheiros dos RPPS em âmbito nacional. O encontro também enfatizou a importância de manter a conformidade previdenciária, promover o desenvolvimento profissional e implementar práticas eficientes de gestão, consideradas essenciais para garantir o equilíbrio, a sustentabilidade e a segurança dos regimes próprios de previdência social.

Declaro as Informações acima verdadeiras

Naviraí, 20 DE MARÇO DE 2026

Atenciosamente;



Documento assinado digitalmente
AUDENIR MARTINS EUGENIO DA SILVA
Data: 20/03/2026 11:48:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

AUDENIR MARTINS EUGENIO DA SILVA
CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
06.094.350/0001-64

ANEXO I

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Identificação do Servidor:	Membro / Cargo
Nome: Ethel Ebner Eckert	Membro do Conselho Fiscal

2. Período do Evento	
Data de Saída: 10/03/26	Data de Retorno: 14/03/26
Local do evento (cidade/Estado): Maceió - AL	Nome e link do Evento: 4º Congresso Nacional de Conselheiros e Gestores da Aneprem

Palestras e Painéis Assistidos: No campo abaixo descrever, de forma resumida e objetiva, as informações conforme a seguir.

11/03/2026

Tema: Pró-regularidade, regulariza seu CRP

Palestrantes: Claudia Iten

Resumo: Pró-Regularidade RPPS (Programa de Regularidade Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social) é uma iniciativa do Ministério da Previdência Social lançada para auxiliar entes federativos (estados e municípios) a regularizarem o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

A falta do CRP impede o ente de receber transferências voluntárias da União e de obter financiamentos bancários.

Tema: PCA(Prestação de Contas Anual) e relevância dos tribunais de contas na gestão do RPPS

Palestrante: Ricardo Souza

Resumo: Importância da PCA

A Prestação de Contas Anual (PCA) como instrumento de controle, papel na transparência e responsabilidade do gestor, atuação dos Tribunais de Contas, como os TCEs analisam os RPPS, principais falhas encontradas nas prestações de contas, impacto das decisões (regular, com ressalvas, irregular), gestão previdenciária, relação entre boa gestão + prestação de contas correta, sustentabilidade atuarial ligada à governança.

Tema: Painel Previdenciário: o que os gestores, conselheiros, comitê de investimento e demais gestores públicos devem saber sobre as mudanças trazidas pela Res. 5.272 para os RPPS

Palestrante: Claudia Iten

Resumo: A palestra destacou o que cada agente precisa saber: Gestores precisam dominar risco de mercado, devem estruturar processos e controle, Comitê de investimento passa ser núcleo técnico e decisório, deve formalizar e justificar as decisões, Conselheiros precisam atuar de forma ativa (não apenas formal), devem entender de investimento e governança, ente público responsável por garantir estrutura adequada, deve apoiar certificação e capacitação.

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br

AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 - CEP 79.950-000
NAVIRAÍ-MS



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
08.094.350/0001-64

DIA 12/03/26

Tema: Pró Gestão Nivel 2, Importantes dicas para chegar lá

Palestrante: Márcia Caldas

Resumo: Pontos chaves: Comitê atuante com atas robustas, política de investimento personalizada, gestão de riscos implementada, documentos atualizados e organizados, capacitação contínua registrada, controle interno ativo, relatórios mensais consistentes.

Tema: Do papel ao algoritmo: Como a tecnologia está redesenhando os RPPS

Palestrante: Fernanda Negromonte e Felipe Bueno

Resumo: A palestra destacou que os RPPS estão passando por uma transformação estrutural, saindo de um modelo operacional baseado em papel, planilhas e processos manuais para um ambiente digital, integrado e orientado por dados.

Os palestrantes mostraram que essa mudança não é apenas tecnológica, mas cultural e estratégica. A crescente complexidade dos investimentos, aliada às exigências de governança e controle — especialmente com a Resolução CMN 5.272 — exige que os regimes próprios adotem ferramentas capazes de garantir transparência, rastreabilidade e gestão de riscos em tempo real.

Tema: Missão dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal na Previdência Pública

Palestrante: Claudomira Andrade

Resumo: A palestra destacou que os Conselhos Deliberativo e Fiscal dos RPPS não devem atuar apenas de forma formal ou burocrática, mas como pilares estratégicos da governança previdenciária. A missão central desses órgãos é garantir que a gestão do RPPS seja conduzida com responsabilidade, transparência, equilíbrio financeiro e foco na sustentabilidade de longo prazo. A palestra reforçou que os membros dos conselhos respondem por suas decisões (inclusive pessoalmente), devem atuar com diligência e ética, precisam ter postura ativa (e não passiva), e que assinar em analisar é um dos maiores riscos.

Tema: Controle Interno nos RPPS: Implantação e aperfeiçoamento como ferramenta de governança e proteção da gestão.

Palestrante: Roberto Moisés

Resumo: A palestra destacou que o controle interno deixou de ser apenas uma exigência formal e passou a ser um instrumento essencial de proteção da gestão, prevenção de riscos e fortalecimento da governança nos RPPS.

Mais do que fiscalizar, o controle interno deve atuar de forma preventiva, orientadora e contínua, garantindo que as decisões estejam corretas, documentadas e alinhadas às normas — especialmente diante das exigências da Resolução CMN 5.272.

Tema: Transparência reativa: Quando o RPPS só publica depois que o problema aparece

Palestrante: Rodolpho Malafaia

Resumo: A palestra abordou um problema recorrente nos RPPS: a chamada transparência reativa, que ocorre quando as informações só são divulgadas após falhas, questionamentos ou pressões externas. Esse modelo compromete a credibilidade da gestão e vai na contramão das boas práticas de governança e das exigências atuais, como as reforçadas pela Resolução CMN 5.272.

Tema: COMPREV e CTC, últimas atualizações

Palestrante: Renato Araújo

Resumo: A palestra destacou que a compensação previdenciária (COMPREV) e a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) passaram por evoluções relevantes nos últimos anos, exigindo dos RPPS maior organização, controle de processos e atenção aos prazos.

O foco principal foi: o COMPREV deixou de ser apenas operacional e passou a ser estratégico para geração de receita do RPPS.

E-mail: naviraiprev@naviraiprev.ms.gov.br
AV. AMÉLIA FUKUDA, 170 - FONE (67) 3461 2999 - CEP 79.950-000
NAVIRAÍ-MS



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.094.358/0001-64

Tema: Alternativas para redução do déficit financeiro e atuarial dos RPPS

Palestrante: Jorge Tiago

Resumo: A palestra destacou que o déficit dos RPPS não deve ser tratado apenas como um problema contábil, mas como um desafio estrutural que exige ação integrada entre gestão, atuária, investimentos e ente federativo.

A mensagem central foi clara: Não existe solução única — é preciso combinar medidas estruturais, financeiras e de governança.

Tema: Pró-gestão RPPS - versão 4.0: Principais mudanças e impactos para certificação, Governança e supervisão.

Palestrante: Naara Góes

Resumo: A palestra abordou a atualização do Programa Pró-Gestão RPPS para a versão 4.0, destacando mudanças significativas que impactam a certificação, a governança e a supervisão dos regimes próprios. O ponto central: A versão 4.0 fortalece a avaliação de capacidade institucional e vincula diretamente o nível de certificação à efetiva qualidade da gestão e da governança.

Principais mudanças: Maior ênfase na governança, Gestão de riscos estruturada, Critérios de certificação mais rigorosos, Integração com supervisão e órgãos de controle.

Tema: O rosto feminino da previdência: a pensão por morte e sua relevância na proteção das mulheres

Palestrante: Eva Gomes

Resumo: A palestra destacou que a pensão por morte é um instrumento central de proteção social para mulheres, muitas vezes sendo a principal ou única fonte de renda após a perda do cônjuge ou companheiro. O enfoque foi mostrar que a previdência não é neutra em termos de gênero, e que as mulheres têm vulnerabilidades específicas que devem ser consideradas na formulação de políticas e na gestão dos RPPS.

14/03/26

Tema: Certificação profissional: Contribuição do manual para os gestores dos RPPS

Palestrante: Tatiana Nobrega

Resumo: A palestra destacou que a certificação profissional dos gestores de RPPS é um passo essencial para garantir a governança, a eficiência e a conformidade legal dos regimes próprios. O foco central foi mostrar como o manual de certificação contribui para preparar, orientar e uniformizar a atuação dos gestores. (venda e lançamento do livro)

Tema: Como diversificar na renda fixa

Palestrante: Chrystian Faria

Resumo: A palestra destacou que, mesmo em renda fixa, diversificação é essencial para reduzir riscos e otimizar retornos, especialmente em RPPS, fundos previdenciários ou carteiras institucionais. A ideia central foi que não existe "renda fixa homogênea" — diferentes títulos, emissores e vencimentos têm perfis distintos de risco e liquidez.

Tema: Como obter a nova certificação: A capacitação profissional em RPPS.

Palestrante: Fábio Souza

Resumo: A palestra destacou que a certificação profissional para gestores de RPPS evoluiu para reforçar a profissionalização, a governança e a conformidade legal dos regimes próprios. A ênfase foi mostrar como a capacitação estruturada é o caminho para conquistar a certificação e melhorar a gestão do RPPS. (venda de curso on line)



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
00.894.350/0001-64

Observações:

Declaro as informações acima verdadeiras

Naviraí, 16 de março de 2026.

Atenciosamente;

Ethel E. Eckert
Ethel Ebiner Eckert
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE CAPACITAÇÃO

Renato Napolitano de Souza-Presidente Conselho Fiscal

NAVIRAÍ-MS 17/03/2026

2. Período do Evento	
Data de Saída: 10/03/2026	Data de Retorno: 14/03/2026
Local do evento (cidade/Estado): MACEIO/AL	Nome e link do Evento. https://www.aneprem.org.br/eventos/4-congresso-nacional-de-conselheiros-e-gestores-maceio-al/

4º Congresso Nacional de Conselheiros e Dirigentes da ANEPREM

Maceió – 11 a 13 de março de 2026

Relatório de Capacitação – Congresso RPPS

Inicialmente foram abordados durante a capacitação o novo ambiente dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com ênfase nas atualizações normativas, governança, sustentabilidade e desafios atuais da gestão previdenciária.

Foram destacadas as principais bases legais que estruturam os RPPS, com ênfase na Emenda Constitucional nº 103/2019, na Lei nº 9.717/1998 e na Portaria nº 1.467/2022, além da obrigatoriedade da certificação profissional como requisito para a regularidade previdenciária. Ressaltou-se a importância do fortalecimento da governança por meio do Pró-Gestão e da utilização de instrumentos atuariais como o DRAA, a Nota Técnica Atuarial e o Relatório de Gestão Atuarial, essenciais para o equilíbrio e transparência dos regimes.

No tocante à palestra sobre regularidade previdenciária, foi abordado o histórico de aproximadamente 20 anos de discussão sobre a constitucionalidade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), sendo consolidado o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade das medidas sancionatórias. Foram apresentados os 22 critérios do programa de regularidade, destacando-se que sua finalidade é assegurar a proteção dos segurados, a sustentabilidade do regime e o equilíbrio das contas públicas. Evidenciou-se ainda que a ausência de regularidade implica restrições, como a

suspensão de transferências voluntárias, e que o parcelamento de débitos depende de previsão legal específica, reforçando a necessidade de responsabilidade fiscal na gestão previdenciária.

Na sequência, a palestra sobre prestação de contas destacou a relevância dos Tribunais de Contas na fiscalização dos RPPS, abordando entendimentos do STF, como a Súmula 347 e o Tema 1.254. Foi apontado como principal problema o não repasse das contribuições previdenciárias, além da vedação à contratação de consultorias para compensação previdenciária, ainda que essas possam aumentar a recuperação de créditos.

Quanto às mudanças trazidas pela Resolução nº 5.272, foi informado que foi instituído grupo de trabalho para análise dos impactos e possível revisão de seus dispositivos, demonstrando a constante evolução normativa do setor.

No âmbito da governança, a apresentação sobre o Pró-Gestão nível II ressaltou a integração com a certificação profissional como fator essencial para melhoria da transparência e das boas práticas de gestão, destacando que, a partir de 2026, haverá maior exigência de certificação para dirigentes, conselheiros e membros do comitê de investimentos. Foi enfatizada a importância da definição de processos claros, evitando sobrecarga das equipes e contribuindo para a manutenção do CRP.

A respeito da tecnologia aplicada aos RPPS, foi evidenciado que a inteligência artificial tende a transformar a gestão previdenciária, principalmente na análise de dados, auditoria, geração de relatórios e projeções atuariais. Contudo, destacou-se que o principal desafio não está na implementação da tecnologia, mas na qualidade dos dados e na capacitação dos profissionais, sendo necessária a padronização e integração dos sistemas.

No que se refere ao papel dos conselhos, foi reforçado que os conselheiros não devem atuar de forma meramente formal, mas sim como protagonistas, com responsabilidade direta sobre a sustentabilidade do regime. Foram apontadas falhas recorrentes, como a aprovação de documentos sem análise adequada e a falta de acompanhamento dos investimentos, destacando-se que o preparo técnico é a principal forma de proteção do conselheiro.

A palestra sobre controle interno ressaltou sua importância como ferramenta de governança e proteção da gestão, com base no art. 74 da Constituição Federal, sendo fundamental para prevenção de riscos e garantia do alcance dos objetivos institucionais.

No tema da transparência, foi enfatizado que os RPPS devem atuar de forma proativa, publicando informações não apenas por exigência dos órgãos de controle, mas como prática de boa gestão. Destacou-se ainda o aumento da

responsabilização dos gestores e comitês de investimento, exigindo decisões técnicas e devidamente justificadas.

Em relação à compensação previdenciária (COMPREV), foi reforçado que a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) é indispensável para a realização da compensação, sendo apresentados os principais normativos atualizados sobre o tema.

Quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial, foi discutido o cenário atual de crescimento dos déficits, envelhecimento da população e aumento da longevidade, exigindo dos entes a adoção de medidas combinadas e a previsão de fontes de custeio para equacionamento.

No campo dos investimentos, foram abordados fatores externos, como cenário internacional e inflação, que impactam diretamente os RPPS, destacando-se a relevância do CDI no curto e médio prazo e a necessidade de adequação das carteiras conforme as novas normas.

Também foram apresentadas atualizações do Pró-Gestão versão 4.0, com foco em certificação, governança e supervisão, bem como reflexões sobre a proteção social das mulheres, que representam a maioria nas pensões por morte, evidenciando a importância da previdência como instrumento de proteção social.

Por fim, foi destacada a importância da certificação profissional como ferramenta de apoio aos gestores, diante da complexidade normativa e da necessidade de qualificação contínua, além de estratégias de diversificação em renda fixa, considerando as perspectivas de queda da taxa de juros e manutenção da relevância do CDI nos próximos anos.

Diante do exposto, conclui-se que a capacitação reforçou a necessidade de uma gestão previdenciária pautada na responsabilidade fiscal, na governança eficiente, na qualificação dos agentes envolvidos e na adoção de decisões técnicas, elementos fundamentais para garantir a sustentabilidade, transparência e equilíbrio dos RPPS.

Renato Napolitano de Souza-

Presidente Conselho Fiscal